

LUIZ FERNANDO GAMA PELLEGRINI

Desembargador aposentado do
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

**DIREITO AUTORAL
DO
ARTISTA PLÁSTICO**

3ª edição – 2015 – São Paulo – SP
Revista e atualizada



© Luiz Fernando Gama Pellegrini
© Letras Jurídicas Editora Ltda.-EPP

Arte de Capa/Miolo:

Livros: Brecheret Desenhos/Draws e A Escultura Religiosa de Brecheret

Diagramação:

Dálet – Diagramação e Edição Ltda.-ME

Montagem de Capa:

Dálet – Diagramação e Edição Ltda.-ME

Revisão:

Ana Amélia Pinto Vicente

Editor:

Cláudio P. Freire

3ª EDIÇÃO – 2015 – São Paulo – SP

Reservados a propriedade literária desta publicação e todos os direitos para Língua Portuguesa pela
LETRAS JURÍDICAS Editora Ltda. – EPP

Tradução e reprodução proibidas, total ou parcialmente,
conforme a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

LETRAS JURÍDICAS
Rua Riachuelo, 217 – 2º And. – Sala 22 – Centro
CEP 01007-000 – São Paulo-SP
Tel./Fax (11) 3107-6501 – Celular (11) 99352-5354
Site: www.letrasjuridicas.com.br
E-mail: vendas@letrasjuridicas.com.br

Impressão no Brasil

SUMÁRIO

.....

APRESENTAÇÃO	11
Capítulo 1 – PREVISÃO CONSTITUCIONAL DO DIREITO DE AUTOR.....	13
Capítulo 2 – DIREITO DE AUTOR – NATUREZA.....	17
Capítulo 3 – A ARTE PLÁSTICA COMO OBRA PROTEGIDA.....	19
3.1. Autoria das obras intelectuais protegidas	20
3.2. Desnecessidade de registro.....	23
Capítulo 4 – DIREITO MORAL.....	31
4.1. Paternidade	36
4.2. Integridade.....	40
4.3. Publicidade ou inédito	44
4.4. Modificar	44
4.5. Arrependimento	46
4.6. Duração dos direitos morais	46
4.6.A. Imprescritibilidade.....	59
4.7. Direitos morais dos sucessores. Obra caída em domínio público	65
4.8. Obra rara. Exemplar único e raro que se encontre na propriedade de terceiros. Condições.....	68
4.8.A. O direito de autor e a exposição de obras de arte plástica	73
4.9. Violações de direito moral.....	83
Capítulo 5 – DIREITO PATRIMONIAL OU PECUNIÁRIO – CONCEITO.....	91
5.1. A Constituição Federal e a Lei Ordinária	92
5.2. Publicação.....	101
5.3. Reprodução e utilização. Direitos autorais e de nome	104
5.4. Jurisprudência.....	126

LUIZ FERNANDO GAMA PELLEGRINI

5.5. Duração dos direitos patrimoniais	136
5.6. A Réplica como obra protegida	141
5.7. As obras passíveis de exemplares e sua originalidade.....	143
5.8. A venda de obras de arte e a não transmissibilidade de direitos patrimoniais. Considerações.....	147
5.9. Violações de direitos patrimoniais.....	153
5.10. Situações análogas visando a proteção do titular do direito. Locação e comodato	156
5.11 ISS. Cessão. Licença. Autorização. Não incidência	159
5.12. Não incidência do Imposto de Renda sobre danos morais	163
5.13. Responsabilidade solidária do vendedor e intermediário. Contrafação	165
Capítulo 6 – EXTINÇÃO DOS DIREITOS PATRIMONIAIS DO AUTOR.....	171
Capítulo 7 – CESSÃO (TRANSFERÊNCIA) DOS DIREITOS PATRIMONIAIS DO AUTOR	173
7.1. Autorização.....	177
Capítulo 8 – DIREITO DE SEQUÊNCIA – <i>DROIT DE SUITE</i>	185
8.1. Crítica ao sistema	189
8.2. Beneficiários	191
8.3. Direito de sequência. Titularidade dos herdeiros. <i>Leading Case</i> no STJ	195
8.4. Direito autoral. Direito de sequência. Leiloeiro como depositário. Não cabimento da prisão civil pelo não pagamento da mais-valia	200
8.5. Solidariedade. A solidariedade de quem vende ou expõe. Obra de arte plástica reproduzida com fraude não prescinde de culpa	208
Capítulo 9 – UTILIZAÇÃO E REPRODUÇÃO DE OBRAS DE ARTE PLÁSTICA EM LOGRADOUROS PÚBLICOS – CONCEITO.....	211
9.1. Distinção entre logradouro público e domínio público	212
9.2. Agendas, calendários, folhinhas e legendas. Obras não protegidas. Considerações.....	217
9.3. Direito autoral do fotógrafo. Restrições quanto às obras de arte plástica protegidas	219
9.4. Obras não protegidas em cartão telefônico. Considerações	227
Capítulo 10 – A REPRODUÇÃO-UTILIZAÇÃO NÃO VIOLADORA DE OBRAS DE ARTE EM LOGRADOUROS PÚBLICOS.....	235
10.1. Interpretação dos Arts. 46, VIII, e 48	238
Capítulo 11 – DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS ÀS VIOLAÇÕES.....	251

DIREITO AUTORAL DO ARTISTA PLÁSTICO

Capítulo 12 – A FUNÇÃO SOCIAL E O DIREITO DE AUTOR DE OBRA PROTEGIDA. SUA UTILIZAÇÃO AUDIOVISUAL. CONTROVÉRSIAS	255
Capítulo 13 – INTERNET. UM PROBLEMA A SER RESOLVIDO	275
Capítulo 14 – PRESCRIÇÃO	279
14.1. Considerações	280
Capítulo 15 – INTERPRETAÇÃO DO DIREITO DE AUTOR.....	283
Capítulo 16 – VIGÊNCIA DA LEI.....	285
Capítulo 17 – DAS EMPRESAS DE RADIOFUSÃO E PRODUTOR FONOGRÁFICO.....	287
QUEM SOMOS LETRAS JURÍDICAS	289